

ATA Nº 21

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALDOAR, FOZ DO DOURO E NEVOGILDE

No dia vinte e sete do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu em Sessão Ordinária, no edifício da sede da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, sito na Rua da Vilarinha, 1090, nesta cidade do Porto, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, com as seguintes presenças:

Nome	Cargo
José Esteves de Aguiar	Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia Aqui Há Porto - RM
Sofia César Machado	Primeira Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia Partido Social Democrata – PSD, em substituição do deputado Fernando Braga de Matos
Pedro Nunes de Almeida	Segundo Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia Partido Social Democrata – PSD, em substituição da deputada Marta Pinheiro
José Gagliardini Graça	Aqui Há Porto - RM
Eduardo Guimarães	Aqui Há Porto – RM, em substituição da deputada Magda Ferro
João Paulo Alves	Aqui Há Porto - RM
Rita Lima	Aqui Há Porto – RM
Miguel Esteves da Fonseca	Aqui Há Porto – RM, em substituição do deputado Michael Seufert
Maria Cavaleiro Norton	Aqui Há Porto – RM, em substituição da deputada Paula Almeida
Benedita Pinheiro Torres	Aqui Há Porto – RM
João Pedro Antunes	Partido Social Democrata – PSD
Francisco Sousa Rio	Partido Social Democrata – PSD
Miguel Aroso	Partido Social Democrata - PSD
Branca Melo e Sousa	Partido Social Democrata – PSD, em substituição das deputadas Sofia César Machado e Sandra Vilela, sucessivamente
Gonçalo Pereira	Partido Socialista - PS
João Pedro Simões	Partido Socialista – PS

Pedro Lourenço

Bloco de Esquerda - BE

Mário Cardoso

CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV

Verificadas as condições de quórum para a Assembleia poder validamente reunir e deliberar, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, dando as boas-vindas a todos os presentes e, de seguida, começou por ler a Ordem de Trabalhos, a qual tem o seguinte teor:

Período Antes da Ordem do Dia

Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 34.º do regimento da Assembleia de Freguesia.

Período da Ordem do Dia

1. Apreciação e votação da Ata da Assembleia Ordinária de 29 de abril de 2024;
2. Apreciação de Contratos Programa celebrados com coletividades;
3. Informação quanto ao Orçamento Colaborativo e ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense;
4. Apreciação do Caderno de Encargos do Concurso Público para Concessão da Gestão e Exploração do Teatro da Vilarinha;
5. Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da União de Freguesias, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Esteves de Aguiar, deu então início aos trabalhos, com a cedência da palavra ao público presente e usaram da palavra as cidadãs: Ana Lemos Costa, Esmeralda Mateus e Patrícia Matos.

A cidadã Ana Lemos Costa usou da palavra, lendo um pequeno texto sobre a construção desmesurada na Foz, assim como a perda de identidade de casas para habitação própria, questionando quais as medidas que foram adotadas, desde a aprovação da moção apresentada pelo PSD, junto do Executivo, até agora e, se é possível a presença do vereador Pedro Baganha, numa sessão de esclarecimento público, para que todas estas medidas possam ser esclarecidas. A cidadã Esmeralda Mateus usou da palavra no sentido de solicitar ao Presidente da União de Freguesias que interceda, junto das Águas do Porto, de forma a acabar com os cortes de água em Aldoar e informou da dificuldade que têm alguns fregueses em pagar as contas da água.

Intervelo o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que em resposta à cidadã Ana Costa, considerou as avallações que a mesma referiu, subjetivas, contudo, relativamente à aprovação da moção apresentada pelo PSD, na Assembleia de Freguesia e, à tentativa de se conseguir uma sessão de esclarecimento na UF, referiu que encetou contactos e que ainda não foi possível a presença do senhor Vereador, mas que irá insistir para chegarem a consenso para uma data. O Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, continuou a sua intervenção respondendo à cidadã Esmeralda Mateus, a quem informou que a UF já fez um levantamento das situações referentes ao bairro de Aldoar, e ao problema das Águas do Porto e identificou sete casos específicos que receberam apoio das assistentes sociais. Foram também pedidos documentos às "Asas de Ramalde", foram acompanhadas várias situações e encaminhadas para quem de direito. Mais referiu, que para as situações mais dramáticas que não couberam ou cabem nas soluções das Águas do Porto, a UF possui um fundo de emergência social que poderá sempre ser ativado, desde que solicitado. Ao lançamento do desafio de marcação de uma reunião com as Águas do Porto, o Presidente pondera agilizar a mesma, mas só depois de esgotadas todas as possibilidades de solução, que ainda existem. Em resumo, o Presidente mostrou-se preocupado e comprometeu-se a verificar, se efetivamente 35% dos habitantes do bairro de Aldoar não têm água da companhia.

A cidadã Patrícia Marques solicitou à Mesa que lhe fosse permitido usar da palavra, tendo obtido resposta afirmativa. Disse então que é moradora do bairro de Aldoar, mãe solteira e que até à data, as Águas do Porto não lhe tinham resolvido o problema, e que à semelhança de muitas outras casas, lhe tinham cortado a água, referindo ainda não ter conhecimento de um plano de ajuda por parte da UF.

De seguida o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, retomou a palavra em resposta e referiu ser esta cidadã um dos casos já identificados e que por essa razão, já está a ser acompanhada pelas "Asas de Ramalde". Informou também a cidadã de que o apoio contínuo, que refere desconhecer, se chama fundo de emergência e, a Associação de Moradores de Aldoar tem conhecimento desta ajuda. Estranha, portanto, que alegue a falta de conhecimento desta ajuda. Comprometeu-se ainda a visitar todas as situações e a fazer um esforço pessoal, para resolver esta situação.

Dando entrada no período destinado às forças políticas e como forma de simplificar os trabalhos, o Presidente da Mesa propôs que, à semelhança do que tem acontecido em Assemblelas anteriores, a admissão a discussão e votação dos 5 documentos recebidos pela

Mesa seja votada em bloco, tendo sido aprovada por unanimidade a admissão a discussão e votação de todos os seguintes documentos:

1. Recomendação, do BE, pelo reforço da verba destinada às juntas de freguesia no Orçamento Municipal para 2025;
2. Moção, do BE, pela concretização da proposta de intervenção nas Avenidas Atlânticas;
3. Proposta de Constituição de grupo de trabalho, do BE, para uma discussão participada sobre o futuro uso da Escola 85;
4. Proposta, da CDU, de Implantação de Parque Infantil nos Bairros de Aldoar e Fonte da Moura;
5. Deliberação, do Movimento AHP, sobre os inúmeros assaltos na União de Freguesias.

Começou por usar da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE), que apresentou as três propostas da autoria do Bloco de Esquerda.

De seguida, usou da palavra o deputado Mário Cardoso (CDU), que apresentou uma proposta de implantação do parque infantil nos bairros de Aldoar e Fonte da Moura.

Usou depois da palavra, o deputado José Gagliardini Graça (AHP), que apresentou uma proposta de deliberação sobre os inúmeros assaltos ocorridos na União de Freguesias, a qual pretende, através desta deliberação, fazer chegar às autoridades competentes.

Usou da palavra o deputado Pedro Lourenço (BE) que, acerca da deliberação do Movimento Aqui Há Porto, destacou que devem ser adotadas medidas que garantam o policiamento de proximidade, mas salientando que muitos destes pequenos furtos, resultam de carências e necessidades do ponto de vista social. Relativamente à proposta da CDU, salientou que apolam essa mesma proposta.

Usou da palavra a deputada Rita Coelho Lima (AHP) que, contrariamente ao que disse o deputado Pedro Lourenço, afirma que se trata de crime organizado e não apenas pequenos furtos.

Usou da palavra o deputado José Graça (AHP), que relativamente à proposta do Bloco de Esquerda, de constituição de um grupo de trabalho para discussão sobre o futuro da Escola 85, declarou que o Movimento que representa irá votar contra, uma vez que entende que este equipamento foi entregue ao Município. Relativamente às propostas de intervenção nas Avenidas Atlânticas e à transferência de verbas, do Bloco de Esquerda, irá também votar contra. Relativamente à proposta apresentada pela CDU, sobre a implantação de parque Infantil, o

Movimento Irá votar contra porque, nas várias reuniões que fizeram durante a campanha eleitoral, os fregueses não mostraram vontade em ter parques infantis nas suas localidades. Não obstante, o Município já tem previstos para Aldoar os dítos parques, não havendo necessidade da UF intervir.

Usou da palavra o deputado João Pedro Antunes (PSD), que relativamente à proposta do BE, da intervenção nas Avenidas Atlânticas, declarou que a sua bancada Irá votar contra. Relativamente à proposta de constituição de grupo de trabalho, também do BE, para discussão sobre o futuro da Escola 85, acha que não faz sentido, uma vez que se trata de um assunto que pertence à Câmara e, por essa razão a bancada do PSD também Irá votar contra. Em relação ao reforço da verba destinada às juntas de freguesia no Orçamento Municipal, acredita que as contas certas têm que se sobrepor às diversas ideologias políticas, por essa razão a sua bancada Irá votar contra. Em relação à proposta da CDU, da implantação de parque infantil, irão votar a favor, salientando que mais do que definir o que deve ser feito, devemos é convencer os fregueses a aceitar os parques infantis próximos das suas habitações.

Usou da palavra o deputado Mário Cardoso (CDU), que reforçou a necessidade da implantação de um parque infantil em Aldoar.

Usou da palavra a deputada Maria Norton (AHP), que enalteceu a criação de lombas na rua da Vilarinha, resolvida por iniciativa popular junto da Câmara Municipal.

Em seguida, usou da palavra o deputado Francisco Sousa Rio (PSD), que leu um pequeno texto sobre as praias do Porto e o Parque da Cidade, salientando as sucessivas descargas de areia suja nas nossas praias. Relativamente ao Parque da Cidade, considera que se deve questionar o que vai ser construído no local do antigo horto.

Usou da palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, para esclarecer as questões levantadas pelos deputados. Em relação à implantação de parques infantis referiu que foi feito um esforço conjunto com a Câmara Municipal do Porto, e estão já identificados dois locais que irão ser recuperados e estarão à disposição dos cidadãos, nomeadamente, pelo menos, junto à Cooperativa CETA e na Praceta Cidade da Praia, havendo o compromisso do Município de avançar com a sua implantação. Salientou que a UF resolveu problemas que há décadas esperavam ser resolvidos, como por exemplo a obra da rua Jornal de Notícias. Em relação à intervenção do deputado Francisco Sousa Rio refere que a reposição das areias é realizada pela APDL, fazendo parte dos requisitos de atribuição de bandeira azul, e finalizou dizendo que as

arelas não estão sujas. Relativamente às obras, no local do antigo horto, referiu que este local sempre foi uma frente urbana e não faz parte do Parque da Cidade.

Colocados os documentos a votação, obtiveram-se os seguintes resultados:

1. **Recomendação, do BE, pelo reforço da verba destinada às juntas de freguesia no Orçamento Municipal para 2025: moção rejeitada com 5 votos a favor (2 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 AHP) e 13 votos contra (7 AHP, 6 PSD);**
2. **Moção, do BE, pela concretização da proposta de intervenção nas Avenidas Atlânticas: moção rejeitada com 4 votos a favor (2 PS, 1 BE, 1 CDU) e 13 votos contra (7 AHP, 6 PSD) e 1 abstenção (AHP);**
3. **Proposta do BE de Constituição de grupo de trabalho, para uma discussão participada sobre o futuro uso da Escola 85: moção rejeitada com 5 votos a favor (2 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 AHP) e 13 votos contra (7 AHP, 6 PSD);**
4. **Proposta, da CDU, de Implantação de Parque Infantil nos Bairros de Aldoar e Fonte da Moura: moção aprovada com 10 votos a favor (6 PSD, 1 CDU, 1 BE, 2 PS) e 8 votos contra (AHP);**
5. **Moção do Movimento AHP, aprovada por unanimidade.**

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, deu-se entrada no ponto 1 da Ordem de Trabalhos – Apreciação e votação da Ata da Assembleia Ordinária de 29 de abril de 2024. Interveio o deputado José Graça (AHP) que teceu alguns comentários relativamente às atas. Colocada a votação, foi esta Ata aprovada por unanimidade.

Deu-se então entrada no ponto 2 – Apreciação de Contratos Programa celebrados com coletividades. Tomou a palavra, o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que interveio, ressaltando o esforço em fazer contribuir as coletividades, para o desenvolvimento da União de Freguesias.

Deu-se entrada no ponto 3 – Informação quanto ao Orçamento Colaborativo e ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense. Tomou a palavra, o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que interveio no sentido de prestar alguns esclarecimentos, nomeadamente que, numa assembleia extraordinária, o Presidente da Mesa traga a aprovação, o relatório para fazer avançar o Orçamento Colaborativo. Em relação ao Fundo de Apoio ao Associativismo, o mesmo já foi lançado, sendo que as coletividades já podem concorrer.

Deu-se entrada no ponto 4 – Apreciação do Caderno de Encargos do Concurso Público para Concessão da Gestão e Exploração do Teatro da Vilarinha. Usou da palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que salientou que se trata ainda de um documento de trabalho, que ainda está em formato aberto, de forma que os deputados possam expressar agora, os seus pontos de vista, antes de o mesmo ser fechado. Interveio o deputado Pedro Lourenço (BE) que afirmou estarem a ser confrontados com uma decisão e uma proposta de trabalho, a qual desconhecem, o BE questiona que outras alternativas e parceiros foram estudados, sendo que o BE considera inaceitável ter um Caderno de Encargos preparado, sem ter sido ouvido por esta assembleia.

Interveio o deputado Miguel Aroso (PSD), que sobre o Teatro da Vilarinha, salientou a necessidade de se acompanhar a evolução do programa de concessão, por forma a ser uma solução vencedora para todos.

Interveio o deputado José Graça (AHP) que leu um documento onde colocou várias questões. Usou da palavra o Presidente do Executivo, Tiago Mayan Gonçalves, que veio esclarecer todas as questões colocadas pelos deputados, salientando que a solução passa por uma concessão do espaço, sendo que o cenário exposto é aberto ao contributo de todos os deputados.

Interveio a deputada Rita Lima (AHP), chamando a atenção para a necessidade de se assegurar que o Teatro da Vilarinha se dedique a atividades culturais.

Interveio a deputada Maria Norton (AHP), que pediu que neste ponto, haja articulação com as escolas da UF e propôs a criação de uma comissão ou grupo de trabalho, com representatividade de todas as forças partidárias, para repensar o contrato de concessão do Teatro da Vilarinha. Esta proposta foi aprovada por unanimidade por todos os presentes.

Interveio o deputado José Graça (AHP), que entregou ao Presidente da Mesa um exemplar da revista “O Tripeiro”, realçando a comemoração dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões.

Interveio o deputado Pedro Lourenço (BE), que uma vez que a tentativa de encontrar na Câmara um parceiro, não foi concretizada, questiona, entre outras, se a Junta teve algum tipo de auscultação de alguma outra entidade.

Usou da palavra o Presidente do Executivo Tiago Mayan Gonçalves, que respondeu às questões colocados pelos deputados e salientou a importância dos vários contributos dos deputados, em relação a este documento.

Interveio o deputado José Graça (AHP), que pediu que fosse estabelecido um prazo para que este grupo de trabalho apresentasse as suas opiniões ao Executivo, desta proposta de Contrato e a mesma fosse discutida na próxima reunião desta Assembleia.

Interveio o deputado Miguel Aroso (PSD), que propõe que neste grupo de trabalho haja um compromisso, das forças partidárias eleitas, e que todas sejam representadas por uma pessoa de cada força partidária, na apresentação deste documento.

Interveio a deputada Rita Coelho Lima (AHP) que propôs que, para assegurar a representatividade deste grupo de trabalho, ele seja composto por dois deputados do AHP, dois do PSD, um do PS, um do BE e um da CDU.

A criação e composição deste grupo de trabalho foram aprovadas com 17 votos a favor (8 AHP, 6 PSD, 2 PS e 1 CDU) e 1 abstenção (BE);

Deu-se entrada no ponto 5 – Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da União de Freguesias, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Usou da palavra o Presidente do Executivo Tiago Mayan Gonçalves, que se absteve de fazer uma apresentação do mesmo, preferindo aguardar pelas questões que eventualmente venham a ser apresentadas pelos deputados.

Interveio o deputado Pedro Lourenço (BE), que salientou a importância de o Executivo da Junta se inteirar do número de pessoas que são afetadas pelos cortes de água em Aldoar, dizendo que não é tolerável que haja na cidade pessoas que não tenham acesso a água por questões de insuficiência económica. A solução apresentada pelo BE poderia ser aplicar, em determinadas situações, o recurso à tarifa social de água, como já existe noutros municípios. Em relação às duas lojas do cemitério que continuam vazias, diz que não tem qualquer informação sobre o que irá ser feito e perguntou quando será lançado novo concurso para a sua concessão. Relativamente ao site da Junta, afirmou que não é possível consultar as atas das reuniões do Executivo posteriores a setembro de 2023, assim como outros documentos, ao contrário do que tinha sido anunciado pelo Executivo. Afirmou também que o BE não tem obtido resposta aos vários pedidos de informação dirigidos ao Executivo.

Interveio o deputado José Graça (AHP), o qual pediu à Mesa da Assembleia de Freguesia que partilhe o regime da tarifa familiar da água, em prática pelas Águas do Porto o qual, na opinião do deputado, é um mecanismo útil, mas com pouca adesão.

Pediu ainda um esclarecimento ao Executivo da UF, quanto ao número total de animais registados na UF, pois considera que o número de registos e licenciamentos é muito baixo, presumindo-se um incumprimento por parte dos cidadãos. Sugere que, se tal facto se confirmar, a UF promova a divulgação dessa obrigatoriedade junto dos fregueses.

Interveio o deputado João Pedro Simões (PS), no sentido de fazer uma análise global e genérica ao documento em discussão, Informação Escrita do Presidente. Realçou o fato de, no seu entender, haver necessidade do reforço das verbas de transferência para as Juntas, por parte do Município. Pediu ao Executivo que, junto do Município, diligencie nesse sentido. Terminou a sua intervenção com a apresentação de algumas questões ao Executivo.

Interveio o deputado João Pedro Antunes (PSD) que, em relação à reabilitação e ampliação do Lavadouro da Ervilha pediu uma solução participada; relativamente aos horários do Mercado da Foz salientou que esta Junta não tem capacidade, nem autoridade para fazer cumprir os horários.

Usou da palavra o Presidente do Executivo Tiago Mayan Gonçalves, que respondeu às questões colocadas pelos deputados. Em relação ao problema dos cortes de água em Aldoar, afirmou que este é um problema da esfera da Câmara Municipal; relativamente às lojas do cemitério explicou que há ainda falta de recursos humanos; em relação às atas do Executivo afirma que as mesmas estão publicadas no site, embora falte atualizar as últimas atas; relativamente à falta de recursos humanos, dentro da União de Freguesias, informa que estão a tratar do respetivo recrutamento; em relação ao Lavadouro da Ervilha, o Grupo de Ação Local decidiu adiar o prazo de apresentação das candidaturas, sendo que esse espaço continuará a ser aproveitado como um espaço comum, para ser utilizado pelos fregueses, enquanto não se realizarem as obras; em relação ao Mercado da Foz afirma que não há horários estabelecidos mas sim, horários diferenciados, consoante a realidade de cada loja.

Interveio o deputado Pedro Lourenço (BE) salientando, entre outras questões, que esta Assembleia não tem acesso ao conteúdo das atas das reuniões do Executivo; propôs também que, tal como existe o Dia Mundial sem Carros, deverão ser identificadas algumas pequenas zonas da UF que fossem interditadas ao trânsito, em algumas alturas do ano. Por fim, questionou o Presidente do Executivo se concorda que a intervenção nas Avenidas Atlânticas não deve

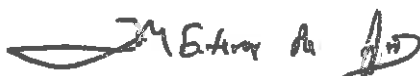
avançar de imediato e que a Junta não deve ter um papel de promoção e participação na discussão sobre a futura utilização da Escola 85.

Usou da palavra o Presidente do Executivo Tiago Mayan Gonçalves, esclarecendo as dúvidas colocadas pelo deputado Pedro Lourenço.

Interveio o deputado Francisco Sousa Rio (PSD), para informar que já tinha partilhado, na Assembleia, com líderes das bancadas, documentos que provam que a área do horto, no anterior PDM, não era área urbana. Afirmou também que a qualidade das areias não é avallada para atribuição da bandeira azul.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia.

O Presidente:



A 1ª Secretária:

O 2º Secretário: